São Paulo, 23 de junho de 2021

À *Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia - ME*

[decomdigital@economia.gov.br](mailto:decomdigital@economia.gov.br?subject=Consulta%20P%C3%BAblica%20-%20SDD/SEI)

**Ref.: Consulta Pública para contribuições sobre a transição das investigações de defesa comercial do Sistema DECOM Digital (SDD) para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Economia (Circular Secex nº 36, de 21 de maio de 2021)**

Exmo. Sr. Secretário,

Magalhães e Dias - Advocacia cumprimenta essa D. Secretaria pela iniciativa de estreitar, ainda mais, o canal de comunicação com a sociedade por meio da presente Consulta Pública. É com satisfação que notamos a reafirmação do compromisso desta D. SECEX com a transparência e o diálogo, com o objetivo de cada vez mais fortalecer e trazer previsibilidade e segurança jurídica aos processos de defesa comercial e interesse público no Brasil.

Nesse espírito de cooperação e de aprimoramento do sistema e de seus processos, e visando sempre a resguardar os direitos das partes interessadas que se utilizam do sistema de defesa comercial brasileiro, vimos por meio desta apresentar contribuições à versão preliminar da Portaria que regulamentará o procedimento administrativo eletrônico relativo aos processos de defesa comercial e de interesse público (migração do SDD ao SEI) – as quais refletem nossa experiência prática em procedimentos que tramitaram e tramitam no SDD ou no SEI/ME.

Reafirmamos aqui nosso firme compromisso de diálogo e de colaboração com o perene aprimoramento dos procedimentos que competem a essa D. Secretaria, e que tanto contribuem para o desenvolvimento de nosso País, colocando-nos à disposição.

Respeitosamente,

**Texto, Carta

Descrição gerada automaticamente**

|  |  |
| --- | --- |
| **Francisco Niclós Negrão**  OAB/SP 264.109 | |
| Texto, Carta  Descrição gerada automaticamente  **Bruna Linhares Ferrazzo**  OAB/SP 453.933 | **Camila Emi Tomimatsu**  OAB/SP N.º 343.496 |

**Contribuições – Magalhães e Dias - Advocacia**

Detalharemos, a seguir, sugestões e ponderações no âmbito da Consulta Pública em referência, organizadas por artigo da Portaria proposta. Colocamo-nos à disposição dessa D. Secretaria para quaisquer esclarecimentos, e agradecemos novamente pela oportunidade de manifestação.

\*\*\*

| **Portaria sobre a Transição das investigações de Defesa Comercial do SDD para o SEI** | | |
| --- | --- | --- |
| **Texto proposto na Consulta Pública** | **Sugestão da nova redação** | **Justificativa** |
| Art. 3º Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos processuais das investigações e procedimentos a que se refere o art. 1º deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos.  Parágrafo único. Para fins de atendimento ao disposto no **caput**, todos os documentos deverão ser assinados digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou digitalizados. | Art. 3º Nos termos do art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, todos os atos processuais das investigações de defesa comercial deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, de forma a manter a integridade, a autenticidade, a interoperabilidade e, quando necessário, a confidencialidade dos documentos.  § 1º. Para fins de atendimento ao disposto no **caput**, não é obrigatório assinar digitalmente todos os documentos protocolados, sendo suficiente que a petição de juntada desses documentos seja assinada digitalmente por representante legal habilitado da parte interessada correspondente, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil antes do seu envio no SEI/ME, sejam eles documentos nato-digitais ou digitalizados.  § 2º Os atos processuais relativos a avaliações de interesse público permanecerão dispensados da obrigatoriedade de assinatura digital com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP-Brasil, visto que não são contemplados no art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014. | * O art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014 dispõe que todos os “*atos processuais*” – **e não “*todos os documentos***” – deverão ser assinados digitalmente com o emprego de certificação digital emitida no âmbito da ICP. * A própria Lei nº 12.995/2014 não define o termo “*atos processuais*”. * A Lei nº 12.995/2014 não define o termo “*atos processuais*”. * Criar uma exigência que vai além do quanto previsto em Lei, no sentido de que todos os documentos sejam individualmente assinados, poderia resultar em um ônus excessivo e desnecessário às partes interessadas, sobretudo, como é habitual, quando há um grande volume de documentos a ser apresentado. * Traçando-se um paralelo com o CADE, veja-se que a Resolução nº 11, de 24 de novembro de 2014 (que instituiu o SEI para gestão de documentos eletrônicos do CADE) não exige a assinatura eletrônica de todos os documentos individuais antes do protocolo, muito menos a assinatura pela ICP – a qual, segundo dispõe o art. 13, §2º da referida Resolução[[1]](#footnote-2), é meramente facultativa (“*poderá utilizar*”). * Além disso, segundo o art. 17 da Lei nº 12.995, de 2014, apenas “*investigações de defesa comercial*” estariam sujeitas à obrigação de ter seus atos processuais assinados digitalmente com o emprego de certificação digital da ICP-Brasil. Atos processuais relativos a avaliações de interesse público, naturalmente, não estão sujeitos ao art. 17 acima referido. Assim, sugere-se ajuste de redação no caput do art. 3º para limitar seu escopo a atos processuais de investigações de defesa comercial, bem como a inclusão de novo parágrafo para prever expressamente a dispensa de atos processuais de avaliações de interesse público da obrigatoriedade de assinatura por certificado digital da ICP. A obrigatoriedade de assinatura por certificado digital da ICP na hipótese de avaliação de interesse público vai além do quanto exigido por lei, e implicaria em ônus desnecessário e injustificado ao administrado. |
| Art. 4º Os autos confidenciais, restritos e públicos de cada investigação e procedimento a que faz referência o art. 1º serão mantidos em processos eletrônicos distintos no SEI/ME.  § 1º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.  § 2º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de interesse público terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.  § 3º Os processos eletrônicos contendo os autos restritos de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020, e serão acessíveis à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e aos representantes legais habilitados das partes interessadas da investigação ou procedimento correspondente.  § 4º Os processos eletrônicos contendo os autos públicos de defesa comercial e interesse público terão nível de acesso “público”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis ao público em geral. | Art. 4º Os autos confidenciais, restritos e públicos de cada investigação e procedimento a que faz referência o art. 1º serão mantidos em processos eletrônicos distintos no SEI/ME.    § 1º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.  § 2º Os processos eletrônicos contendo os autos confidenciais de interesse público terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis apenas à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público.  § 3º Os processos eletrônicos contendo os autos restritos de defesa comercial terão nível de acesso “restrito”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020, e serão acessíveis à Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público e aos representantes legais habilitados das partes interessadas da investigação ou procedimento correspondente.  § 4º Os processos eletrônicos contendo os autos públicos de defesa comercial terão nível de acesso “público”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria nº 294, de 2020, e serão acessíveis ao público em geral.  § 5º Os processos eletrônicos contendo os autos públicos de interesse público terão nível de acesso “público”, nos termos do inciso XVII do art. 3º da Portaria no 294, de 2020, e serão acessíveis ao público em geral. | * Com relação aos §§1º e 2º, entende-se que há indicação de que o nível de acesso será “*restrito*” e não “*sigiloso*” (nomenclatura também prevista na Lei nº 12.527/11, referenciada na Portaria nº 294/2020) pelo fato de a classificação “sigiloso” ser limitada a casos de imprescindibilidade à segurança nacional, conforme definido no artigo 4º, III da Lei nº 12.527/11. Contudo, pondera-se que essa distinção entre documentos e processos “*confidenciais*” e “*sigilosos*” poderá causar confusão de usuários que não estejam habituados a realizar protocolos em autos de avaliação de interesse público (nos quais a referida distinção já é uma realidade). Assim, recomenda-se que se esclareça essa distinção na prática aos usuários por meio de um Manual do usuário do SEI/ME especificamente para procedimentos de defesa comercial. * Sugere-se a alteração da redação do § 4º para exclusão do trecho “*e interesse público*”, e a criação de um novo parágrafo que contemple especificamente o mesmo nível de publicidade do §4º, só que para o interesse público, espelhando-se a separação que já foi adotada nos §§1º e 2º. Assim, individualiza-se as especificações do nível de acesso público em um parágrafo para os autos de defesa comercial e, em outro, para os autos de interesse público, de forma a deixar claro que não se trata dos mesmos autos. |
| Art. 5º Todos os documentos confidenciais e restritos submetidos no âmbito dos processos eletrônicos confidenciais e restritos referentes às investigações e procedimentos a que faz referência o art. 1º deverão ser registrados pelo usuário externo com nível de acesso “restrito” no SEI-ME.  (...) | Art. 5º Todos os documentos confidenciais e restritos submetidos no âmbito dos processos eletrônicos confidenciais e restritos referentes às investigações e procedimentos a que faz referência o art. 1º deverão ser registrados pelo usuário externo com nível de acesso “restrito” no SEI-ME.  (...) | * Reitera-se, aqui, a mesma ponderação incluída no item anterior, no sentido de que essa distinção entre documentos “*confidenciais*” e “*restritos*” (como também dos “sigilosos”) poderá causar confusão de usuários que não estejam habituados a realizar protocolos em autos de avaliação de interesse público (nos quais a referida distinção já é uma realidade). Assim, recomenda-se que se esclareça essa distinção na prática aos usuários por meio de um Manual do usuário do SEI/ME especificamente para procedimentos de defesa comercial. * Idealmente, contudo, melhor seria se houvesse a criação de uma nova modalidade no ato do protocolo do documento no que tange à indicação do nível de acesso para contemplar também o nível de acesso “sigiloso” (confidencial). Entende-se, todavia, que há a limitação quanto ao sistema em si já informada no Estudo de Viabilidade – que não admitiria alterações de configuração. |
| Art. 9º, §3º Os autos das investigações e procedimentos de defesa comercial encerrados até a data referida no **caput** serão transferidos para o SEI de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público. | Art. 9º, §3º Os autos das investigações e procedimentos de defesa comercial encerrados até a data referida no **caput** serão transferidos para o SEI de forma gradativa, de acordo com a disponibilidade da Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público, devendo a referida Subsecretaria notificar previamente as partes interessadas que estejam habilitadas nos autos do processo que será objeto da transferência para que tenham ciência do fato com antecedência e saibam em que sistema poderão consultar o dado processo, e quando ocorrerá a migração dos autos.  § 5º A SDCOM estabelecerá período de transição enquanto perdurar a migração do Sistema Decom Digital para o SEI/ME, disponibilizando protocolo por e-mail até a total migração dos processos eletrônicos novos e existentes para o SEI/ME.  § 6º Em havendo instabilidade no SEI/ME, admitir-se-á a protocolização de atos processuais tanto por e-mail quanto pela via física. | * Sugere-se a inclusão de trecho adicional ao §3º com vistas a possibilitar que as partes interessadas habilitadas em determinado processo tenham visibilidade sobre o momento da migração dos autos para o sistema SEI – providência que, na redação atualmente proposta, é sujeita à discricionariedade da SDCOM, sem qualquer envolvimento ou dever de informação às partes habilitadas. * Pondera-se, no espírito de aportar pontos de reflexão a esta i. Secretaria, que é possível que partes interessadas que tenham participado de investigações já encerradas tenham protocolado documentos confidenciais no SDD sem se ater à preocupação com a nomenclatura do documento em si, por ter a certeza de que tal documento não teria sequer seu nome publicizado a terceiros. Contudo, com a migração dos autos para o SEI/ME de investigações já encerradas, documentos que antes eram estritamente confidenciais (e considerados, na prática, como inexistentes para partes para além daquela que protocolou o documento) podem vir a ser surpreendidas com a publicização da existência do documento a terceiros (ainda que não tenha o seu teor em si do documento publicizado). * Sugere-se acréscimo do § 5º incluindo período de transição para a migração dos processos eletrônicos existentes entre sistemas, especialmente, com disponibilidade de opção de protocolo por e-mail até a total migração para o SEI, para que haja maior segurança jurídica e segurança quanto ao uso do próprio sistema para investigações antidumping para os usuários. * Sugere-se acréscimo do § 6º, para que, em havendo indisponibilidade do SEI, os protocolos nos autos possam ser realizados por e-mail ou por via física. Considerando que o Sistema ainda estará em fase de implementação inicial pelos usuários, o que pode agravar o risco de instabilidades, essa opção conferiria maior segurança jurídica aos usuários do SEI/ME. * Sugere-se que seja indicado claramente, no site da SDCOM e em todas as publicações atinentes a cada procedimento de defesa comercial, os números do processo SEI de acesso público, restrito e confidencial de cada procedimento, inclusive daqueles já encerrados, na medida em que forem transferidos ao sistema SEI/ME, a fim de possibilitar a localização dos referidos autos dos processos. |
| - | - | * Sugere-se a criação de grupo semelhante ao Núcleo Gestor do SEI do CADE, para auxiliar na gestão operacional do SEI (tal como previsto no art. 4º da Resolução nº 11 de 24/11/2014), que instituiu o SEI como sistema oficial de gestão de documentos eletrônicos do CADE, que poderia orientar os usuários externos quanto à utilização do SEI, acompanhar sua adequada utilização, dentre outras atribuições que esta i. Secretaria entenda adequadas. O objetivo seria garantir aos usuários do sistema pontos de contato para além de um mero e-mail do SEI – que é o que ocorre hoje nas avaliações de interesse público. |

\*\_\*\_\*

1. *“Art. 13 Os documentos eletrônicos produzidos e geridos no âmbito do SEI terão garantia de integridade, autoria e autenticidade asseguradas pela utilização de Assinatura Eletrônica emitida pelo próprio sistema, mediante login e senha de acesso do usuário.*

   *(...) §2º O Cade poderá utilizar mecanismo de assinatura digital, baseado em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) para garantir a integridade, autoria e autenticidade de seus documentos.”* [↑](#footnote-ref-2)